



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.
Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.
www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

ATA DA OITAVA REUNIÃO PRESENCIAL/VIDEOCONFERÊNCIA DAS COMISSÕES PERMANENTES DE FINANÇAS LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA; EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPORTE, LAZER E TURISMO; DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS, AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE, REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, NO DIA TRINTA E UM DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE CINCO. (31-03-2025).

Ao trigésimo primeiro dia do mês de março de dois mil e vinte e cinco, segunda-feira, às nove horas e oito minutos, foi realizada a reunião presencial/por videoconferência. **Participaram da Reunião:** O Vereador Marcelo Monteiro Macedo, o Vereador Roberto Nicolau Cota, o Vereador Samuel de Freitas Martins, o Vereador Italo Henrique de Oliveira, o Vereador Fernando Sampaio de Castro, o Vereador Valmir Aparecido de Oliveira, o Vereador Mauricio Antonio Borges, o Vereador Ronaldo Bento, o Vereador Manoel Douglas, o Vereador José Sales. **Registraram Presença:** A Sra. Úrsula Cunha, subprocuradora; o Sr. Edvaldo Andrade, Secretário do Governo; o Sr. Marlon Paulo Figueiredo Silva, Secretário de Planejamento; o Sr. Anderson Stoppa, representante da Secretaria de Planejamento; a Sra. Rosangela Moura, representante da Secretaria de Planejamento Orçamentário; a Sra. Paola Figueiredo, Representante da Secretaria de Planejamento; a Sra. Dalila Germano, Subsecretária de Gestão. **ABERTURA:** “Em nome de Deus e do Povo Marianense, havendo número regimental”, o Vereador Fernando Sampaio de Castro iniciou os trabalhos cumprimentando a todos, solicitou aos Vereadores presentes a manifestação em relação à leitura da ata da última reunião e dispensou a leitura da mesma posteriormente. **Ata da sétima reunião presencial/videoconferência das comissões permanentes de finanças legislação e justiça; educação, saúde, assistência social, esporte, lazer e turismo; de viação, obras públicas, agricultura, indústria, comércio e meio ambiente, realizada na câmara municipal de mariana, no dia vinte e quatro de março de dois mil e vinte cinco, em discussão e aprovada.** Em seguida, o Presidente Fernando Sampaio de Castro apresentou o **Projeto de Lei nº75/2025 (Autoria do Vereador Marcelo Monteiro Macedo):** “Institui a Semana da Mulher Empreendedora Rural, a ser comemorada anualmente, na última semana do mês de Julho”. Solicitado o parecer jurídico, a Sra. Úrsula Cunha emitiu parecer favorável. Em resposta, o Presidente proferiu voto favorável, seguido pela unanimidade dos demais vereadores presentes. **O projeto foi liberado para a reunião das dezesseis horas.** Em seguida, o Presidente apresentou o **Projeto de Lei nº85/2025 (Autoria do Vereador Roberto Nicolau Cota):** “Dá denominação oficial ao logradouro público que especifica e dá outras providências”. Após parecer jurídico favorável da Sra. Úrsula Cunha, todos os vereadores manifestaram-se favoravelmente, sendo **o projeto também liberado para a reunião das dezesseis horas.** Na sequência, foi analisado o **Projeto de Lei Complementar nº86/2025 (Autoria da Mesa Diretora):** “Altera o dispositivo da Lei Complementar nº247, de 10 de setembro de 2024”. A Sra. Úrsula Cunha manifestou-se favorável ao projeto. Em resposta, o Presidente declarou voto favorável, acompanhado pela unanimidade dos demais parlamentares, ficando **o projeto liberado para a reunião subsequente.** Logo após, foi apresentado o **Projeto de Lei nº89/2025 (Autoria do Vereador Roberto Nicolau Cota):** “Dá denominação oficial ao logradouro público que especifica e dá outras providências”. Com parecer favorável da Sra. Úrsula Cunha e votos favoráveis unânimes, **o projeto foi liberado para apreciação às dezesseis horas.** Pela ordem, o Sr. Edvaldo Andrade, Secretário do Governo, afirmou que a equipe responsável pela condução das questões orçamentárias no governo atual é a mesma que se encontrava presente naquele momento no plenário. Acrescentou que a competência para tratar sobre o orçamento



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

recai integralmente sobre a Secretaria de Planejamento, sob a titularidade do secretário Marlon Paulo Figueiredo Silva, acompanhado de sua equipe técnica. Pontuou que todos os esclarecimentos necessários sobre o orçamento poderiam ser prestados ali mesmo, dada a presença completa da equipe responsável. Pela ordem, o Vereador Marcelo Macedo tratou do requerimento protocolado anteriormente, destacando que não fora informado sobre a presença de determinadas pessoas na sessão, o que comprometeu a sua preparação. Explicou que o requerimento referia-se à convocação da equipe de transição do ano de dois mil e vinte quatro e solicitou ainda o comparecimento da assessora contábil da Casa, Sra. Rita, para comparecer à reunião de convocação da equipe. Argumentou que não era eficiente ouvir apenas uma parte, reiterando a necessidade de convocação dos demais nomes envolvidos na transição. Solicitou que o requerimento fosse votado ainda na sessão, para que a reunião com os convocados ocorresse em data posterior. Em resposta, o Presidente Fernando Sampaio esclareceu que a equipe de transição não elaborou o orçamento, cuja responsabilidade coubera à gestão anterior. Reforçou a necessidade de adotar dados orçamentários realistas e alertou para os riscos de se incluírem receitas futuras incertas. Com a palavra, o Vereador Ítalo Henrique questionou se as dúvidas referiam-se ao orçamento ou à transição. Em resposta, o Vereador Marcelo Macedo esclareceu que o foco era o orçamento, com ênfase nas equipes envolvidas na transição, defendendo uma discussão ampla e transparente. O Vereador Ítalo reiterou que a equipe de transição apenas acompanhou o processo. Seguidamente, sugeriu ouvir a equipe técnica presente para esclarecimentos preliminares. Em resposta, o Vereador Marcelo Macedo concordou quanto à limitação do papel da equipe de transição, mas defendeu sua escuta pela capacidade de identificar inconsistências. Esclareceu que seu objetivo era a obtenção de informações, sem intenção de acusações, e reafirmou o compromisso com a transparência perante a população. Pela ordem, o Vereador Manoel Douglas recordou o acordo da reunião anterior, permitindo a continuidade da discussão com os técnicos presentes. Ressaltou que, persistindo dúvidas, o requerimento do Vereador Marcelo Macedo poderia ser usado para convocar novos participantes. Pela ordem, o Vereador Marcelo Macedo reiterou a necessidade de votação de seu requerimento na sessão, e que a escuta dos convocados ocorresse depois. Expressou surpresa com a agilidade na convocação dos técnicos e destacou a importância do diálogo prévio com todos os envolvidos. Pela ordem, o Sr. Edvaldo Andrade informou que, conforme deliberação anterior, fora decidido que a equipe responsável pela gestão orçamentária compareceria à comissão para prestar esclarecimentos, sendo a Secretaria de Planejamento, representada pelo Secretário Marlon Paulo Figueiredo Silva e sua equipe, a responsável pelo orçamento naquele momento. Pela ordem, o Vereador Marcelo Macedo reiterou o protocolo formal do requerimento e defendeu a escuta das duas equipes — a que elaborou e a que executava o orçamento — por entender que a continuidade administrativa justifica tal medida. Ressaltou nomes da equipe de transição que, segundo sua experiência, poderiam contribuir com esclarecimentos sobre possíveis inconsistências. Em resposta, o Presidente Fernando Sampaio esclareceu que a equipe de transição atuava no levantamento de informações administrativas das secretarias, e não na elaboração do orçamento, que era encaminhado à Câmara em agosto, antes das eleições. Reafirmou que a transição não impactava diretamente o orçamento. O Vereador Marcelo Macedo reconheceu as dificuldades e reiterou seu desejo de compreender a realidade orçamentária, reforçando que não buscava polêmicas, mas sim respostas para prestar contas à população. Na sequência, o Secretário de Planejamento, Sr. Marlon Paulo Figueiredo Silva, iniciou sua apresentação, destacando que sua presença e a da equipe econômica visavam à transparência e à reafirmação dos dados previamente apresentados ao Legislativo. Informou que o orçamento aprovado, de novecentos e quarenta e sete milhões de reais, estava superestimado, não correspondendo à realidade financeira do município. Apresentou exemplos didáticos para



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

ilustrar a defasagem entre previsão e arrecadação, alertando para riscos de endividamento, caso não houvesse contingenciamento. Acrescentou que, apesar do cenário adverso, a Prefeitura mantinha suas obrigações em dia e priorizava o equilíbrio fiscal, com base em análise rigorosa das receitas e despesas. Esclareceu que diversas receitas, como a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), estavam abaixo do previsto, resultando em déficit estimado de cento e seis milhões e noventa mil reais. Afirmou que o orçamento líquido seria de quinhentos e vinte milhões de reais, sendo duzentos e noventa e um milhões e sessenta mil reais destinados à folha de pagamento. Pela ordem, o Vereador Ronaldo Bento questionou o Secretário Marlon sobre a não assinatura do acordo da repactuação e os riscos do julgamento internacional. Em resposta, o Sr. Marlon Paulo Figueiredo Silva esclareceu que não havia garantias em ações judiciais, mas havia probabilidade de êxito, considerando o valor de um bilhão e duzentos milhões de reais como incontroverso. O Vereador Ronaldo Bento também questionou sobre a legitimidade do orçamento aprovado em dois mil e vinte quatro e as possíveis inconsistências. O Sr. Marlon Paulo Figueiredo Silva respondeu que não pretendia desqualificar o orçamento, mas alertar que ele não refletia a realidade arrecadatória, sendo necessária sua readequação. O Vereador Ronaldo Bento reconheceu a responsabilidade fiscal da atual gestão, alertando, contudo, para o uso de termos que pudessem desmerecer a atuação da Câmara na aprovação do orçamento. Destacou o acompanhamento técnico de todos os parlamentares e a participação do Executivo no processo, defendendo institucionalmente a Casa Legislativa e o trabalho dos servidores envolvidos. Em resposta, o Sr. Marlon Paulo Figueiredo Silva reiterou que evitara adjetivar o orçamento, considerando o excesso de qualificações que permeiam o discurso político. Esclareceu que o orçamento não estava sendo comportado pela receita arrecadada, sendo este um dado objetivo, verificável pela execução orçamentária diária. Ressaltou que o orçamento é um instrumento dinâmico, sujeito a ajustes ao longo do exercício, e que a gestão acompanhava cotidianamente o comportamento das receitas. Explicou que, devido à desaceleração das obras da Renova e ao ainda incipiente aumento da produção na Samarco, era improvável o surgimento de um aumento significativo na arrecadação. Destacou ainda os riscos impostos pela reforma tributária, especialmente quanto à perda estimada de mais de trinta por cento da arrecadação da CFEM, e alertou para a necessidade de incremento das receitas próprias até o ano de dois mil e vinte e sete, com vistas à compensação futura. Com a palavra, o Presidente Fernando Sampaio reconheceu que o orçamento foi analisado com profundidade logo nos primeiros meses do ano. Seguidamente, enfatizou que a prudência fiscal era fundamental, sobretudo quanto aos cento e vinte e três milhões de reais previstos de repactuação. Afirmou que, descontado esse valor, o orçamento real seria de oitocentos e quatorze milhões de reais, reconhecendo a importância de trabalhar com previsões conservadoras para evitar déficits ao final do exercício. Pela ordem, o Vereador Manoel Douglas complementou que, embora não considerasse o orçamento fictício, havia valores estimados cuja realização era incerta. Destacou que o recurso oriundo da repactuação era um exemplo disso, e que sua ausência comprometeria significativamente a execução orçamentária. Em seguida, apresentou cálculos com base nas anotações realizadas em conjunto com o Vereador Maurício Borges, apontando que aproximadamente quatrocentos e vinte e seis milhões de reais estavam comprometidos com despesas de finalidade específica ou apresentavam alto risco de frustração. Em resposta, o Sr. Marlon Figueiredo esclareceu que, dos quinhentos e vinte milhões de reais de orçamento líquido, duzentos e noventa e um milhões de reais correspondiam à folha de pagamento, e que o restante era destinado a diversas despesas fixas e variáveis, como repasses ao hospital, aquisição de medicamentos e programas já instituídos. Informou que a equipe técnica vinha se dedicando a mapear com precisão essas despesas, a fim de direcionar os



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

recursos com responsabilidade e, quando possível, garantir investimentos. Prosseguindo, o Vereador Manoel Douglas reforçou que, se houvesse arrecadação plena conforme projetado, o orçamento poderia atingir a marca de seiscentos e vinte e seis milhões de reais. Questionou se seria mais adequado lançar os recursos extraordinários somente após sua confirmação, evitando distorções de percepção na população. Em resposta, o Sr. Anderson Stoppa, explicou que a prática ideal consistia em não inflar o orçamento com receitas incertas e que, para essas situações, havia o instrumento do crédito adicional especial, conforme previsto na Lei nº 4.320/64, que **Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal**. O Vereador Manoel Douglas concluiu destacando que a abordagem cautelosa adotada pela gestão era acertada, permitindo esclarecimento à população e proteção das finanças públicas. Defendeu que a valorização do servidor deveria ocorrer dentro das possibilidades reais, evitando a repetição de momentos em que o pagamento de obrigações básicas esteve em risco. Pela ordem, o Sr. Marlon Paulo Figueiredo Silva reiterou que a gestão estava aberta a todos os questionamentos dos vereadores e da sociedade, destacando que a meta era manter o município com finanças saudáveis. Afirmou que a equipe trabalhava com os pés no chão, priorizando serviços que pudessem ser iniciados e concluídos com segurança. O Presidente Fernando Sampaio parabenizou a postura da equipe, destacando que trabalhar dentro da realidade era essencial para a estabilidade financeira da cidade. Acrescentou que preferia uma gestão cautelosa e transparente, mesmo que conservadora, a correr o risco de inadimplência. Com a palavra, o Vereador Ítalo Henrique elogiou a equipe e alertou para o risco das interpretações superficiais baseadas apenas em manchetes. Defendeu que o Legislativo deveria participar ativamente da elaboração do próximo orçamento, com responsabilidade técnica e comunicacional. Reforçou que, mais importante do que anunciar grandes obras, era garantir a execução completa e o pagamento regular de servidores e fornecedores. Pela ordem, o Vereador Valmir Aparecido declarou apoio à postura responsável adotada pela Secretaria de Planejamento e pelo Prefeito, destacando a necessidade de se respeitar os limites orçamentários reais e elogiando o comprometimento da gestão diante de obras emergenciais. Em resposta, o Sr. Marlon Paulo Figueiredo Silva agradeceu o reconhecimento e colocou toda sua equipe à disposição dos vereadores e da população para futuros esclarecimentos. Destacou que o compromisso da atual gestão era com a legalidade, a transparência e a responsabilidade fiscal. Por fim, o Presidente Fernando Sampaio agradeceu a presença do Secretário e de toda sua equipe técnica, reconhecendo a importância do diálogo estabelecido com o Legislativo. **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais a tratar, “em nome de Deus e do povo Marianense,” o Vereador Fernando Sampaio agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às dez horas e trinta e um minutos. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada: